

SESSÕES DO PLENÁRIO

44ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 26 de maio 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO *AD HOC*

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Capitão Tadeu, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araújo, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (53)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

Passo a fazer a leitura do expediente.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado, comunicando sua ausência na sessão do dia 19/05/2014, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Deputado Luiz Augusto, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 10/03, 26/03 e 02/04/2014, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- (Lê)

“Mensagem nº 50/2014. Salvador, 20 de maio de 2014.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação da augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, em conformidade com o previsto no art. 94, da Constituição Estadual, o nome do Deputado Federal MÁRIO SÍLVIO MENDES NEGROMONTE, para provimento do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que se encontra vago em decorrência da aposentadoria do Conselheiro PAULO VIRGÍLIO MARACAJÁ PEREIRA.

A presente iniciativa encontra-se embasada no Ofício nº 037, que recebi do Conselheiro FRANCISCO DE SOUZA ANDRADE NETTO, Presidente daquela Corte de Contas, em cópia anexa.

O Deputado MÁRIO NEGROMONTE é advogado, com atuação na administração pública dos Poderes Legislativo e Executivo, tendo o exercício de vários cargos contribuído para despertar seu interesse e preocupação pelas causas públicas e questões sociais.

Dessa forma e conforme se verifica do seu currículo sintetizado, em cópia também anexa, o indicado tem conhecimento na área de administração pública, estando, conseqüentemente e nos termos da norma estabelecida no § 1º do art. 94 da Constituição do Estado, credenciado a desempenhar a nobre função de Conselheiro do egrégio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia.

Valho-me do ensejo para renovar, a Vossa Excelência e aos seus ilustres Pares, as expressões do meu elevado apreço e distinta consideração.

JAQUES WAGNER

Governador.”

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Antes de passar ao Pequeno Expediente, submeto ao Plenário as atas das seguintes sessões ordinárias: 26ª, 28ª e 29ª, 33ª, 34ª, 35ª, 36ª, 37ª, 38ª, realizadas, respectivamente, nos dias 8, 14, 15, 28, 29 e 30 de abril de 2014 e em 05, 06 e 07 de maio; das sessões especiais 11ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, realizadas, respectivamente, em 31 de março de 2014, 10, 10, 14, 23 e 25 de abril de 2014; sessões extraordinárias: 10ª e 11ª, realizadas em 06 de abril de 2014, 12ª e 13ª, realizadas em 15 de abril de 2014.; e Termo de Abertura, de 24 de abril de 2014.

Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovadas.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, o nobre deputado Carlos Geilson, digno representante da Cidade de Feira de Santana, por 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Caro deputado Zé Raimundo que preside esta

sessão, deputado Zé Neto, que nos assiste no Plenário, lendo seus *e-mails*, e deputado Álvaro Gomes, no dia 20 de maio, a internauta Juliana Kruschewsky fez um questionamento no *Facebook* ao deputado federal Rui Costa, pré-candidato ao governo da Bahia pelo PT. Pergunta a internauta: “O financiamento da casa própria para os servidores do Estado foi suspenso, a Conder não está mais aceitando e diz que foram ordens do governador. O que o Sr. Rui Costa tem a dizer disto? No seu governo o servidor vai poder continuar financiando pela Conder?”

O candidato Rui Costa, através de sua assessoria, responde: “Juliana, estamos elaborando o nosso programa de governo e vamos levar esse tema para discussão. Nossa intenção será sempre de contribuir para a melhoria da vida dos baianos.”

Foi a equipe de comunicação do candidato que respondeu! Ora, é assim, deputado Zé Neto, que o governo da Bahia e o candidato do PT estão tratando os baianos? Sem dar satisfação, sem explicar, um assunto tão sério!

A Conder há anos possibilita ao servidor público estadual financiar sua casa própria e, simplesmente, suspendeu, da noite para o dia, o PROHABIT – Programa Habitacional do Servidor Público – sem dar a mínima satisfação. As pessoas foram pegadas de surpresa. E a suspensão do financiamento pegou vários servidores de surpresa, exatamente, no momento em que a Caixa Econômica Federal está realizando, agora, o grande feirão de imóveis em maio e em junho.

O governo do PT está, até mesmo, na contramão. Incluem-se, aí, os governos Wagner e Dilma Vana Rousseff. Ela oferece o Programa Minha Casa Minha Vida. E Wagner oferece o sem casa e sem satisfação. É muita falta de respeito para com o servidor estadual. É muita falta de respeito, porque é dinheiro público. E o servidor merece respeito, merece satisfação.

A Conder tem de vir a público explicar, melhor, dar uma satisfação convincente, porque é muito difícil, deputado Zé Neto, este governo dar uma satisfação que convença. A explicação dada, por aí, não cola. Alegar que se está descapitalizado não cabe expressar, uma vez que os descontos são feitos diretamente nos contracheques. Ou seja, não há inadimplência!

Tá estranha essa conversa, não? E por que não avisar aos servidores dessa suspensão? Por que deixar que os servidores sejam pegos de surpresa?

Isso é desrespeitoso. Isso é falta de respeito para com o servidor. O servidor estadual não pode ficar privado desse financiamento da Conder. E vale a pena salientar que o governo estadual não está fazendo nenhum favor, porque o financiamento é com o dinheiro público e o servidor tem como pagar, repito, o servidor tem como pagar.

Eu diria, deputado Zé Neto, o seguinte: que vergonha! Que vergonha, porque o governo do Partido dos Trabalhadores está prejudicando centenas e milhares de servidores públicos do Estado. E os servidores, de uma hora para outra, ficaram atônitos, pois eles estavam inscritos e acreditando nesse programa ao esperar, realmente, a casa própria. E, de repente, a Conder suspende o programa, não dá satisfação, não avisa o que houve, tampouco qual foi o motivo.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Para concluir.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Dizer que o governo está descapitalizado? Não. Este é um governo que tem dinheiro para propagandar o que não faz. Este é um governo que gasta milhões e milhões de reais mensalmente para divulgar uma Bahia fictícia, uma Bahia irreal, uma Bahia inexistente. Agora, vir falar que está descapitalizado? Ora, isso é conversa da carochinha.

Faça-me uma garapa, deputado Zé Neto.

Aqui, vai a minha solidariedade a todos os servidores públicos que estavam ansiosos e inscritos por esse programa. Infelizmente, os servidores têm, agora, de se contentar com o sem casa, com o sem respeito e com o sem satisfação.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o nobre deputado Zé Neto, Líder do governo.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Geilson do Brasil, da Bahia e de Feira de Santana, locutor, professor, filósofo, resenheiro, pois ele, também, gosta de resenha. (Risos.)

Vamos ao tema.

Sr. Presidente e todos os que, neste momento, nos dão atenção, queria, apenas, dizer ao deputado Carlos Geilson que não é que o programa acabou. O problema é que você tem limites de créditos, porque, também, tem contrapartidas que são dadas. Como acontece em qualquer programa habitacional, você tem limitações. E, em determinado momento, tem de ajustar. Inclusive trarei para V.Ex^a como ficará, daqui por diante, todo esse processo de ajustamento que está sendo feito.

Os trabalhadores tenham a clareza de uma coisa. V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, talvez, não saiba. Mas já temos 120 mil unidades do Programa Minha Casa Minha Vida na Bahia. Este é um programa federal e tem, evidentemente, o empenho do governo estadual para que ele possa acontecer em nosso Estado da forma como vem acontecendo. Vamos chegar a 200 mil unidades. E as unidades contratadas e entregues já chegam a 120 mil.

Isso é uma revolução que, jamais, foi vista em nosso Estado. Na nossa cidade, Feira de Santana - V.Ex^a sabe disso -, já chegamos a exatamente 30 mil unidades, em média, do Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 e 3 a 10 salários mínimos. De 0 a 3 nós já alcançamos praticamente 20 mil unidades que vão atender a famílias carentes. Se multiplicarmos por 4, o número médio das famílias hoje, já teremos 120 mil feirenses atendidos pelo Minha Casa Minha Vida de 0 a 3 e 3 a 10 salários mínimos, dentro de uma ordem que nos dá condição de dizer com clareza que, de cerca de 20% da população feirense, ou seja, a cada 10 feirenses, a cada 10 pessoas que moram na cidade, temos exatamente duas que já estão dentro do Programa ou vão receber dele uma moradia.

Esta é uma situação que precisa ser ressaltada. E talvez por isso os funcionários públicos tenham ficado tensos, mas podem ter tranquilidade e certeza de que nós permaneceremos com todo este processo de construção de alternativas habitacionais através de políticas habitacionais para o nosso Estado e os nossos municípios, tanto

no âmbito federal quanto no estadual.

Queria inclusive aqui saudar, mas saudar com muita alegria, a Caixa Econômica Federal de Feira de Santana e a Superintendência Norte, que é do nosso amigo José Raimundo, juntamente com Sérgio e Gilberto. Ontem, lá na cidade, foram quase mil unidades negociadas no Feirão da CEF em 3 dias, num volume de 123 milhões em negócios comerciais executados.

Isso é demonstração de pujança, isso é demonstração do quanto pode esta Caixa Econômica, que não é mais apenas um banco. É também um agente de desenvolvimento, um agente de fomento que faz com que a vida dos brasileiros a cada dia possa ser melhorada. Melhorada com o Bolsa Família, melhorada com os investimentos que chegam via CGU. E realmente ela tem melhorado com os incrementos todos que vêm sendo trazidos para a habitação a partir do Minha Casa Minha Vida, que não é um programa que apenas traz ao morador a moradia, pois, quando alguém vai morar no novo lar, é claro que depois vai comprar uma televisão, vai comprar uma geladeira, uma máquina de lavar, um ferro de passar. E aí roda a indústria, que vai gastar energia. Roda a economia, que vai pagar imposto também. Roda igualmente o próprio País, que vai fazer com que o empresário que está lá trabalhando pague o seu ISS, pague os seus impostos, pague o seu IPI, o seu INSS, o seu FGTS. Então mais uma vez a economia nacional roda, o desemprego diminui, a habitação chega e a felicidade vai tomando corpo neste Brasil, onde em tantos e tantos anos nós ouvíamos que era preciso crescer para depois dividir. Isso vem acontecendo é que é dividir crescendo. Dividir crescendo e dividir colhendo.

É o que temos como conceito tanto no governo estadual quanto no federal. E é dessa forma que encerro a minha fala, colocando para o deputado que tenha tranquilidade. Com relação à Conder, continuaremos avançando como já vínhamos. Evidentemente, neste momento eleitoral, qualquer ruído se torna uma bandeira daqueles que por falta de projeto sempre estarão reclamando e não apresentarão soluções. Aliás, nem podem apresentar soluções como apresentaram no passado. Vão ter de reciclar e tentar uma formulação. Mas acho muito tarde, porque ninguém constrói projeto em 1 nem 2 meses.

Fica aqui o desafio para que nos tragam um debate político qualificado, mostrando quais são os projetos e caminhos para que possamos debater com tranquilidade as soluções. Ele está feito para que façamos a discussão dentro dum processo muito mais íntegro, que seria o de defender ideais, conceitos e direções.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:-Vou formular a questão de ordem, porque ia pedir verificação de quórum.

Mas quero dizer que o nobre deputado José Cerqueira de Santana Neto, feirense apaixonado pelo Fluminense de Feira de Santana, precisa ser mais

apaixonado também pela cidade. Ele falou, filosofou e não respondeu por que o governo suspendeu o Prohabit do servidor público. Por que a Conder suspendeu esse programa habitacional?

O deputado Zé Neto falou do Minha Casa, mas se esqueceu de dizer por que razão a Conder suspendeu o Prohabit, um programa habitacional que beneficia os servidores públicos estaduais. V.Ex^a, deputado Zé Neto, deveria ter dito...

O Sr. Zé Neto:- Eu falei.

O Sr. Carlos Geilson:- Não falou, deputado. V.Ex^a se perdeu. Eu diria que queria explicar, falar. Mas, no afã de elogiar a presidente Dilma Rousseff falando do Programa Minha Casa Minha Vida, esqueceu de dar essa satisfação ao servidor público do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Seguindo a ordem dos inscritos, passo a palavra ao nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero registrar a presença aqui da advogada e candidata a desembargadora, escolhida na lista tríplice, Lia Barroso. É um prazer muito grande recebê-la na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, informo que durante a semana passada nós tivemos algumas atividades no interior. Estivemos na última terça-feira na cidade de Gandu, discutindo com o prefeito, as lideranças partidárias e participando também de uma marcha, uma caminhada contra as drogas.

Igualmente, neste final de semana, fomos a várias cidades do Vale do Jiquiriçá. Estivemos na própria Jiquiriçá, em Ubaíra, Santa Inês e Maragogipe. Neste município, presenciamos um grande ato de filiação ao nosso partido, o PCdoB. Portanto, lá ele se fortalece, se consolida, cresce e, sem dúvida nenhuma, vai transformando-se numa alternativa para aquela cidade.

Eu quero registrar que por onde tenho passado, seja em Gandu na semana passada, seja no final de semana no Vale do Jiquiriçá ou agora no domingo em Maragogipe, venho sentindo a força da nossa presidente Dilma Rousseff. Ela tem realmente se consolidado e tido um peso muito grande - não tenho nenhuma dúvida -, apesar das investidas dos grandes meios de comunicação, mais especialmente da *Rede Globo*. Só que não têm conseguido derrotar o nosso projeto, um projeto avançado.

E temos registrado isso nas cidades por onde passamos conversando com a população, conversando com as lideranças, conversando com os prefeitos. Nessas conversas temos percebido a força da presidenta Dilma. Os setores reacionários e conservadores que a têm atacado intensamente - principalmente a *Rede Globo*, repito - não estão conseguindo nem vão conseguir o seu objetivo de derrotar o projeto progressista do PT, um projeto que melhorou a vida de 50 milhões de pessoas.

E na Bahia também a nossa vitória será no primeiro turno, porque é Dilma em Brasília e Rui Costa aqui neste Estado. Nós vamos vencer realmente no primeiro turno! Eu não tenho nenhuma dúvida disso!

Não adianta a *Rede Globo*, através da *Geração Brasil*, fazer as campanhas de Aécio Neves e Eduardo Campos. Quem observou no País notou que nessa novela tem

lá a campanha de Eduardo Campos, número 40, e a de Aécio Neves, número 45. E de quebra, é 4, 5, 1 (quatro, cinco, um). Aí, é a campanha, logo, de todo mundo, qual seja, é a campanha para os cargos de presidente, governador e senador que representa o retrocesso e o atraso para o nosso País.

Então, não adianta a *Rede Globo* fazer esta campanha aberta, pois inclusive oferece, para os eleitores, os números, quais sejam, 40 e 45, porque nós vamos vencer esta batalha. E vamos vencer no primeiro turno e não no segundo turno. Repito, nós vamos vencer no primeiro turno.

E a *Rede Globo* está investindo pesado, repito, pesado, pois anuncia, em cadeia nacional, manifestações que variam de 50 a 300 pessoas, segundo o próprio *Jornal Nacional*, em esfera nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Fazem esta campanha enquanto tantas questões importantes acontecem em nosso País.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- E a *Rede Globo* não dá uma linha!

Portanto, eu quero dizer, aqui, neste momento, que o projeto progressista e o projeto avançado vão continuar no Brasil para aprofundar as mudanças que este País vem experimentando, pois melhoram, cada vez mais, as vidas das pessoas.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra ao nobre deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, eu estou afônico, ou seja, a voz está difícil, porque, ontem, fizemos caminhadas, em 3 cidades do Estado da Bahia, contra as drogas.

Mas estou vindo, aqui, hoje, Sr. Presidente, para pedir a V.Ex^a, ao presidente desta Casa e deputado Marcelo Nelo e aos secretários da cúpula da Segurança Pública que adiantem o projeto de modernização da Polícia Militar do Estado da Bahia. Eu acho que o tempo está ficando exíguo. Eu acho que este projeto já deveria estar aqui nesta Casa.

Nós, deputado, principalmente os deputados com compromissos com a Polícia Militar e a segurança pública, temos o direito de já estar discutindo, passo a passo, os possíveis benefícios que virão para esses policiais, pois eles continuam nervosos e estressados. Observem, não é bom para a gente, melhor, não é bom para o Estado continuar demorando para analisar este projeto.

Então, é importante que, pelo menos, os policiais desta Casa, na qualidade de deputados, tenham o direito às informações contidas no referido projeto. Quando a gente viaja por aí, os policiais ficam nos abordando e nos perguntando. E a gente, inclusive da Base do governo, fica sem notícia para dar por falta de informações.

Gostaria, também, de tratar sobre o assunto das vagas de conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado e para o Tribunal de Contas dos Municípios. Ontem, a jornalista me entrevistou sobre tal acontecimento. E eu dizia que, lamentavelmente,

os sistemas político e administrativo desta Nação são quase uma piada. Os sistemas administrativo e político do Brasil foram feitos para as maiorias.

Imaginem que a Constituição diz que os poderes são harmônicos, porém, independentes. E, aí, eu fico a perguntar: que independência terá um poder se ele depende, sempre, de outro poder para acontecer?

Então, imaginem que, no Judiciário, os desembargadores passam as suas vidas lutando e estudando para chegarem ali. E, na hora de serem levados ao posto, eles estão, sempre, dependendo do Executivo! Os ministros do STF – Supremo Tribunal Federal – também dependem do Executivo para chegarem aos seus postos.

E aí aqueles que pretendem chegar aos tribunais, que julgarão as contas de prefeitos, governador, suas autarquias dos demais poderes, também precisam da anuência e do manejo político. Imaginem, são os próprios deputados que vão, depois, ali para dentro, julgar as contas de seus correligionários políticos.

Não tenho nada contra nenhuma das pessoas que está concorrendo. Pelo sistema atual, fala-se no nome de Zezéu, pelo sistema atual esdrúxulo, fala-se no nome de João Bonfim, nosso *mui digno* companheiro, deputado, parlamentar muito hábil e muito trabalhador, conhecedor das leis. Pelo mesmo sistema que já está ultrapassado, também fala-se no nome de outros deputados como Mário Negromonte. Entendo que, como eles, tantos outros deputados têm competência, mas está na hora de mudar o sistema desta Nação. Acho que tem que estar no Tribunal de Contas o técnico, a pessoa que entrou lá por baixo, às vezes trabalhando até no cafezinho, mas estudou, se formou e está lá dando sustentação. Eles teriam o direito de ascender às funções. Não acho que os deputados deveriam estar indo para lá, mas, se estão, que o sistema seja justo para todos. Aquilo que cobrar de um, que se cobre de todos.

Como base do governo, é claro que terei que ouvir o governador do Estado. E, como base, tenho que estar aliado aos seus bons pensamentos até que se troque esse sistema esdrúxulo, esse sistema que já está ultrapassado. Para que os poderes não só sejam harmônicos, mas sejam verdadeiramente independentes. Fora disso é conversa fiada o sistema administrativo desta Nação e a Constituição precisa ser melhorada.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra ao nobre deputado Paulo Azi, seguindo a ordem de inscrições no Pequeno Expediente.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, a semana começa com esta Casa vivendo a expectativa da indicação dos novos conselheiros para o Tribunal de Contas do Estado e dos Municípios. É interessante, Sr. Presidente, que, por exemplo, cargos que estão vagos já há algum tempo, de repente passou-se a ter uma urgência urgentíssima na apreciação desses nomes. Amanhã, por exemplo, está marcada a sabatina dos indicados, ou daqueles que serão indicados, e estranhamente, no dia de hoje, o *Diário Oficial do Estado* da Bahia já publica parecer favorável aos nomes indicados antes mesmo da sabatina ocorrer. Então, vejam no que se transformou esta Casa.

E, mais uma vez, Sr. Presidente, não posso deixar de externar a minha indignação, o meu protesto com a forma com que esse governo age, desrespeitando este Parlamento. O governo que já fatiou as estruturas do Poder Executivo, nomeando pessoas cujo único critério é a que partido pertencem, sem fazer qualquer avaliação relacionada às qualificações do indicado.

É por isso que esse governo chega ao seu final de forma tão decadente, com tanta repulsa da nossa sociedade; governo que monta uma estrutura em que o único objetivo é cooptar partidos políticos, cooptar deputados, cooptar prefeitos, esquecendo que a administração pública deveria ser o instrumento principal de implementação das políticas públicas que viessem a beneficiar o cidadão.

E agora, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, e agora, vésperas das eleições, depois de contaminar toda a estrutura do seu Poder Executivo, o governo avança sem a menor cerimônia, sem nenhum constrangimento, sobre as indicações dos Tribunais de Contas do Estado e dos municípios.

O governo dá declarações públicas, Sras. e Srs. Parlamentares, fala à população abertamente, deputado Carlos Geilson, que a vaga tal é do partido tal. Em que mundo estamos vivendo, deputado Rosemberg Pinto, deputado Zé Raimundo? Isso virou uma esculhambação. Isso é um desrespeito a esse Poder. O governo nem procura ter um pouco de pudor, Srs. Parlamentares, e esta Casa a cada dia mais se apequena, se ajoelha. E vejam V.Ex^{as}, o governo tomado por uma preocupação, já anuncia, deputado Elmar Nascimento, já anuncia publicamente que o governador está vindo a esta Casa para conversar com deputado por deputado.

Veja, V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concluindo.

O Sr. PAULO AZI:- Vou concluir, nobre deputado Zé Raimundo.

Veja, V.Ex^a, esse governo que vem hoje à Assembleia, através do seu governador, pressionar os parlamentares, é o mesmo que passa dois, três, quatro, cinco, seis meses sem conceder uma única audiência, mas quando o interesse político, quando o jogo político se faz necessário, S.Ex^a se utiliza das suas armas, dos instrumentos de pressão – próprios do Poder –, para dar essa demonstração pública do quanto este Poder se apequena e se ajoelha a este governo.

Fica aqui, Sr. Presidente, nosso protesto, nossa indignação por não aceitar o tratamento que envergonha a nós, membros do Poder Legislativo do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Com a palavra o nobre deputado Elmar Nascimento.

Em função do acordo das lideranças, prorrogaremos o Pequeno Expediente pelo tempo necessário para a manifestação dos deputados que queiram falar.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs Deputados, o PT tem que perder as eleições. Esse sistema de governo do PT é nocivo à sociedade brasileira, é nocivo à sociedade baiana.

Estão passando coisas, sem maior discussão com a sociedade, que afrontam as instituições, a democracia, a nossa Carta Constitucional, não estão sendo discutidas. Todas as vezes que há condição de impor alguma coisa antidemocrática, o PT o faz sem qualquer tipo de reserva ou pudor.

Foi assim ao tentar aprovar a Lei da Mordaza no Congresso Nacional, ao tentar limitar os poderes de investigação do Ministério Público no Congresso Nacional. Aqui, na Assembleia Legislativa, o mesmo governo quis criar um conselho para controlar a mídia. Agora, negocia da forma mais fisiológica, sínica, deslavada, as vagas de indicação do Tribunal de Contas, para obter apoio partidário, sem qualquer tipo de pudor, dizendo de forma aberta. Ao invés de escolher pessoas que deveriam ter a capacidade de exercer o papel de magistrado no julgamento das contas do Estado, faz um loteamento político-partidário de forma acintosa com este Poder.

A Constituição diz que os Poderes devem ser independentes e harmônicos entre si. Mas que harmonia é essa que faz com que o governador se desloque do palácio de Ondina ou da Governadoria – onde não vai, porque não gosta de trabalhar – para vir às 18h30, 30 minutos após do termo final do prazo para indicação do conselho do Tribunal de Contas, com a leniência da presidente da Assembleia Legislativa. Não foi para convencer, mas para intimidar os deputados da base do governo a votarem de acordo com o loteamento político que o Governador faz do Tribunal de Contas.

Não quero discutir aqui a capacidade de cada um dos indicados, porque não é o momento. Chegará a hora na Comissão de Constituição e Justiça, na hora da sabatina. A maneira como o Governador conduz a coisa, e com a leniência, repito, da presidência da Assembleia Legislativa, depõe contra os próprios indicados.

A vaga aberta pela aposentadoria do conselheiro Filemon Matos já está aí há meses, sem ser tomada nenhuma providência pela presidência da Assembleia Legislativa, no sentido de agilizar junto ao CCJ, e muito menos trazer ao plenário, para que essa indicação, que é da Assembleia Legislativa, fosse votada. É direito dos deputados, através das suas bancadas, indicar nomes para disputar.

A vaga do Tribunal de Contas dos Municípios, que está disponível há alguns meses, desde a aposentadoria do conselheiro Paulo Maracajá.

E agora, de forma estranha, um conselheiro trabalhador, lúcido, renuncia ao cargo de conselheiro, o conselheiro Zilton Rocha, antes de completar os seus 70 anos, para ajudar o governador nessa composição política. Em menos de uma semana, quer-se levar à votação dos três juntos, porque um partido não confia no outro. Um partido não confia no outro, e tem de se levar os três juntos para poder atender aos três partidos.

Pior, coloca os carros adiante de bois na questão constitucional, deputado Zé Raimundo, que participa comigo da Comissão de Constituição e Justiça. Está publicado no *Diário Oficial* parecer favorável à indicação dos conselheiros. Ora, se nós nem sabatinamos nenhum deles, como é que se pode ter parecer favorável publicado pela Comissão de Constituição e Justiça?

Primeiro, é necessário a sabatina para avaliar-se se cumprem o requisito do notório saber jurídico. A reputação ilibada ainda vai, pois se comprova através de

documentos. Mas o notório saber jurídico é direito dos deputados nesta Casa, notadamente aqueles que participam da Comissão de Constituição e Justiça, aferir, ao inquiri-los mediante uma sabatina, para ver o preparo de cada um dos indicados, e convencer-mos de que têm as condições de ocupar tão relevante cargo público.

Os relatores designados na calada da noite já fizeram os relatórios e os publicaram hoje pela aprovação, sem que eles tenham sido sabatinados. Ou seja, afrontando a própria Carta da República. Não adianta dizer que isso era feito antes. Não é dessa forma. Fui relator da indicação do conselheiro Otto Alencar, e nós o sabatinamos. Li o relatório na Comissão de Constituição e Justiça e, depois, aprovamos seu nome. Tratava-se de uma pessoa que já havia sido deputado, presidente da Assembleia Legislativa e governador, portanto tinha todas as condições, mas tinha que passar pela sabatina. É lamentável! É triste! É antirrepublicano!

Mais uma vez, o governador apresenta os nomes de forma lacônica, nesse governo que está se deteriorando aos poucos, acabando de forma triste, triste, porque o que o governador mais apregoeou ao longo dos seus dois mandatos, de um governo que não construiu nada com recursos próprios do Orçamento do nosso Estado, foi que o patrimônio que ele construiu é imaterial. Que patrimônio é esse, que faz com que, sem nenhum tipo de pudor, o governador se dirija – e anuncie pela imprensa –, às 18h30, à Assembleia Legislativa para intimidar os deputados da base do governo, induzi-los a votar?

V.Ex^a, governador, diz que aprende tudo com o presidente Lula. O presidente Lula foi democrático. Durante o governo do presidente Lula, o ex-senador José Jorge, do PFL de Pernambuco, foi eleito pelo Congresso Nacional para uma vaga no Tribunal de Contas da União. Durante o governo do presidente Lula, o suplente de deputado pelo Democratas, Aroldo Cedraz, foi eleito pelo pleno do Congresso Nacional para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União. E o presidente Lula não entrou diretamente na questão porque era um presidente justo. Quem tem consciência de que tem as suas coisas corretas não precisa disso. O que é que o governador quer acobertar? Que tipo de acordo espúrio está sendo tocado que faz com que o governador, com receio, venha à Assembleia Legislativa admoestar e intimidar os deputados da sua base, que não têm sido bem tratados, a votarem com esses candidatos?

Às 17 horas, reunirei a minha Bancada na sala da Liderança. Às 18 horas, anunciaremos a nossa posição com relação a cada um dos conselheiros. Isso nos deixa numa situação difícil, porque, por mais amizade e admiração que se tenha por cada um – e todos os três merecem o nosso respeito –, a forma como está sendo colocada a candidatura para conselheiro depõe contra este Poder. E este Poder já é submisso demais. Chega de se agachar!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra ao nobre deputado Rosemberg Pinto. A seguir, à deputada Kelly Magalhães e, por fim, Leur Lomento.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente Zé Raimundo, Srs.

Deputados, Imprensa, visitantes, servidores desta Casa, fico extremamente preocupado com algumas colocações com relação ao procedimento da escolha dos representantes do Tribunal de Contas do Estado e do representante do Tribunal de Contas do Município que vamos fazer nesta Casa.

Ora, meu Deus! Tenho um apreço e uma admiração muito grande pelo deputado Paulo Azi e pelo deputado Elmar Nascimento. Posso falar porque tenho feito críticas à subserviência deste Poder ao governo do Estado, ao Executivo baiano; faço isso com uma convicção de que a cada dia tornamos menor esse Poder. Agora, os dois deputados falarem isso aqui?

Deputado Zé Raimundo, discordo de determinados métodos, mas como foram escolhidos, nos governos passados, anteriores, do partido dos dois deputados, os conselheiros? Não foi desta forma?

Quero defender a Comissão de Constituição e Justiça, e o deputado Elmar é um deputado legalista, regimentalista, é o Regimento que diz que a Comissão de Constituição e Justiça tem de se posicionar pela constitucionalidade do fato, mas quem tem, obviamente, que fazer depois, e é o segundo momento, é a sabatina das pessoas indicadas. Ou seja, se não fizer essa parte, *a priori*, da constitucionalidade, é impossível fazer a sabatina. Antes, a comissão e os relatores têm de se posicionar sobre a constitucionalidade do fato. Lamento a colocação do meu querido Elmar, que é uma pessoa letrada e que compreende o Regimento da Casa, e tem esse tipo de posicionamento aqui, na tribuna da Casa.

Quero dizer, deputado Zé Raimundo, que a cada dia me pergunto sobre essa movimentação da Oposição e da tentativa de criminalizar o nosso governo. Nesse instante ouvi aqui dizerem que o legado nosso é imaterial. Ora, meu Deus! A BA-262, que V.Ex^a conhece muito bem, de Vitória da Conquista e que corta Anagé, tenho foto, deputada Kelly, do que era essa BA no governo desse que quer retornar ao governo da Bahia, o que era, com buracos e tal, e o que é hoje, fruto do trabalho do nosso governo.

O rapazinho que diz que fumava maconha, que agora não fuma mais, Aécio Neves, no seu governo... Não sou eu que estou dizendo, ele que disse que era fumador de maconha, etc e tal, que estão acusando ele de cheirar pó, mas que ele não é mais cheirador de pó, não sou eu quem diz, ele quem disse, está lá a entrevista dele neste final de semana, estou apenas exemplificando; esse rapaz, quando governador de Minas Gerais, nos seus 8 anos de governo, fez e botou em uma propaganda nacional 6.500, segundo ele, de recuperação de estradas no Estado de Minas Gerais, Estado rico, Estado com capacidade de produção muito maior do que a Bahia, e nós aqui, nesse governo que os deputados Paulo Azi e Elmar, nesse instante, criticaram aqui que o legado será imaterial, recuperou 8.500km de estradas deixadas pelo ex-governador Paulo Souto.

Ora, meu Deus, esse que diz que quer voltar ao governo deixou dois milhões de analfabetos na Bahia, número que nos deixa numa situação de extremo mal-estar, porque não cuidou da população quando podia. Ora, se não fez quando pode, deputado Carlos Geilson, vai fazer quando puder? Me faça uma garapa, como V.Ex^a

diz. V.Ex^a usa, aqui, esse jargão: me faça uma garapa! Quem não fez quando pode, agora, vai fazer quando puder?

A Bahia e os baianos sabem que temos de continuar dentro de um projeto que melhora a vida das pessoas todos os dias. Nós não podemos voltar ao passado. A Bahia quer mudança mesmo, mas quer mudança para melhor. Eu tenho convicção de que o próximo governador da Bahia desse nosso projeto – tenho a convicção de que será Rui Costa – vai fazer mais e melhor pela Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Concedo a palavra à nobre deputada Kelly Magalhães, a voz do Oeste da Bahia.

A Sr^a KELLY MAGALHÃES:- Sr. Presidente, colegas deputados, imprensa que nos assiste neste momento, pessoas das Galerias Paulo Jackson, subo a esta tribuna, neste dia especial que é feriado na cidade de Barreiras, para saudar os seus 123 anos de emancipação política.

Barreiras, hoje, com certeza, é uma das cidades que mais cresce em todo o Nordeste, é uma cidade que cresce bastante em toda a Bahia. Essa cidade, que completa 123 anos, possui 160.000 habitantes, em média, e tem um grande polo educacional, um polo de saúde e um polo de referência de serviços. Hoje, está concentrado naquele pedaço de terra, junto com os demais municípios que compõe a Região Oeste da Bahia, o maior polo agroindustrial e o maior produtor de grãos do Nordeste.

Portanto, como filha de Barreiras, como deputada eleita majoritariamente por aquela cidade, onde tive o prazer de ser vereadora por dois mandatos, de presidir a Câmara de Vereadores também por dois mandatos, de deixar um legado positivo e de deixar uma marca construída de trabalho naquela cidade, não poderia deixar de estar, aqui, hoje, para reafirmar o nosso compromisso, a nossa solidariedade com o povo de Barreiras. Povo esse que, com certeza, vive um governo de mazelas e de desprezo com o seu povo, um governo que vai de mal a pior e que ainda não priorizou a vida humana, especialmente a vida das pessoas em detrimento de outras coisas. Mas aquela gente brava, guerreira...

Com certeza, o desbravamento começou e, hoje, temos uma diversidade, um povo rico, miscigenado, uma cultura diferente que começou com os cearenses, desbravando e fazendo a abertura das rodovias, das BRs, chegando a Brasília, chegando a Salvador. Depois chegaram os sulistas, que conheceram e começaram a desbravar ainda mais o cerrado, mostrando aquele potencial imenso que se tem naquela região, gerando emprego, renda e desenvolvimento e atraindo novos olhares do mundo inteiro para investir naquela região, naquele pedaço de terra transformado por muitas mãos.

Portanto, quero parabenizar o povo de Barreiras, os seus filhos nativos e os seus filhos adotivos, aqueles que têm Barreiras, apesar das mazelas que ainda sofrem.... Agora, Barreiras tem uma universidade federal com o curso de Medicina

aprovado que atende quatro regiões, tem, com certeza, muitas estradas recuperadas, tem uma mão positiva do governador Jaques Wagner, tem uma ação positiva do ex-presidente Lula e da presidente Dilma, tem o Programa Minha Casa Minha Vida, tem água e energia elétrica na zona rural. Agradeço e saúdo o trabalho árduo do ex-secretário, Dr. Otto Alencar, por, realmente, estar atento aos problemas de infraestrutura daquela região.

Barreiras, portanto, completa 123 anos ainda com muita coisa a ser melhorada, mas com muita coisa já sendo feita. Com certeza, temos orgulho de dizer que esta Assembleia tem uma deputada que honra aquela cidade e que trabalha para melhorar e avançar, cada vez mais, o desenvolvimento e a vida das pessoas que moram na cidade de Barreiras e no seu entorno e que têm Barreiras como referência em todas as áreas: educação, serviços, saúde e etc. Em todas as áreas é Barreiras que está nessa condição.

Portanto vamos continuar lutando para que Barreiras não perca essa condição de Polo Regional. E que tenha, ainda mais, investimentos e prosperidade para o povo daquela região.

Quero saudar, neste momento, os 123 anos de emancipação da cidade de Barreiras, bem como saudar o seu povo, que constrói, no seu dia a dia, uma cidade em que todos possam viver com mais qualidade e dignidade.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Muito obrigado, nobre deputada.

Com a palavra o último orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não poderia deixar de vir a esta tribuna, no dia de hoje, para tecer alguns comentários sobre esse processo de indicação a vaga de conselheiro do Tribunal de Contas.

O que estamos observando é que existe um verdadeiro pacote do TCE. Deputado Carlos Geilson, o que estamos assistindo por parte do governo do Estado, comandado pelo Governador Jaques Wagner, que se diz um republicano, um governo democrático e, muitas vezes, critica a questão da barganha política, da troca de apoio por espaços no governo, mas faz, justamente, o contrário do que prega e do que diz.

Agora, para acomodar os partidos da sua base aliada distribui vagas do Tribunal de Contas do Estado e do Tribunal de Contas do Município. Ora! Nada contra as pessoas que estão sendo indicadas, até porque são pessoas que preenchem os requisitos para entrarem numa disputa de conselheiro do Tribunal do Contas.

O que quero argumentar, deputado Rosemberg Pinto, é a forma como vem sendo conduzido esse processo. O que deixa transparecer para a população e para a classe política é que, por exemplo: o PDT não foi contemplado na chapa majoritária; para resolver colocam o deputado João Bonfim – que é do PDT – para disputar uma vaga no Tribunal de Contas do Estado. E repito, nada contra o deputado João Bonfim, um deputado atuante, sério, honesto, honrado. Ele tem todas as características para

disputar uma vaga no conselho do Tribunal de Contas. O PP da mesma forma, prestigiaram o deputado federal João Leão indicando-o para ser vice-governador. O ex-ministro e deputado federal, Mário Negromonte que, também, é uma pessoa honrada e preenche os critérios para ser conselheiro, foi agraciado com a disputa de uma vaga no Tribunal de Contas do Município.

É a barganha, deputado Rosemberg Pinto! É o toma lá da cá que envergonha este Parlamento e o nosso Estado. E mais, fazem todos os tipos de manobras e chantagens para que outras pessoas, que queiram disputar, não possam. Inclusive, deputado da Base do Governo. V.Ex^a sabe do que estou falando.

Há deputados aqui que gostariam de colocar os seus nomes, mas sofreram todos os tipos de ameaças e constrangimentos para que não pudessem disputar a vaga de conselheiro.

É este o governo do PT, que se diz um governo republicano, democrático, mas age de forma distorcida e diferente do que prega no seu discurso.

Mais uma vez usam o instrumento do poder para saciar a sua base parlamentar e partidária.

Desta forma, acho que neste Parlamento, como sempre defendi, deveríamos deixar ocorrer uma disputa democrática. Os parlamentares que tivessem a intenção de disputar uma vaga que é de direito desta Casa, deste Parlamento, não deveriam sofrer nenhum tipo de interferência por parte do governo, coisa que não está acontecendo.

O governador, deputado Rosemberg, marcar uma reunião neste Poder para coagir e cobrar dos Srs. Parlamentares para votarem nos seus candidatos... É o que se espalhou. Que não seja aqui, deputado. Parece que vai ser na Fundação Luís Eduardo Magalhães. Seja onde for, mas que não usem os instrumentos do poder para constranger e cobrar uma posição que deveríamos ter liberdade para definir, e aquele que tivesse a maioria fosse eleito.

São essas considerações que eu gostaria de fazer hoje da tribuna desta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Questão de ordem do nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Quero corroborar as palavras do nobre deputado Leur Lomanto. Não está em discussão a honra, a dignidade dos indicados, mas a forma como acontece a indicação desses nomes para o TCE e para o Tribunal de Contas dos Municípios. Há muito tempo se fala que o governo Jaques Wagner está pouco ligando para esta Casa. Aliás, não dá a menor importância. O governador tem na sua contabilidade que aqui são favas contadas, que os deputados não têm vontade própria. São cooptados e, ao serem cooptados, estão subjugados à vontade do poder central.

Quando cheguei a esta Casa, tinha a ilusão de que esta era um Poder independente e que trabalhava de forma harmônica. Não existe independência. Esta Casa é um puxadinho do Palácio de Ondina. É um puxadinho da Governadoria. Lá se fala, e aqui tem que se obedecer. Mas alguns ventos sopraram que pode haver uma insatisfação e o governador vai pessoalmente conversar com os parlamentares. Ele

vai coagir. É uma forma de coerção. Em um regime democrático, é inaceitável. Ainda mais quando se fala que esse é um governo republicano. Que de republicano – eu nunca me iludi – não tem nada, isso não existe. Apenas foi uma peça de ficção, de *marketing*. O governo resolveu enveredar por esse caminho para engabelar os mais incautos, mas nunca houve republicanismo.

Esse governo é tão duro, tão tirano, como os governos passados, ou talvez muito mais. Porque é aquele governo que dá um tapinha nas costas e quando você se afasta lhe apunhala. Então, é muito mais terrível, amedrontador, do que aquele que diz o que é. Este governo, não. Faz de conta, ilude, engabela, para depois mostrar as suas garras.

As impressões digitais do governador não aparecem, mas na prática sentimos que ela está presente. Vem agora o pacote da negociação. Para contabilizar os apoios, para acomodar os aliados, o governador vai distribuir vaga para tal partido, partido x, partido y. Então, acomoda-se todo mundo, os deputados recebem o pacote pronto e têm que votar – e o governador vem pessoalmente intimidar, conversar pessoalmente.

Será que ele vai levar a comanda hoje para a reunião para tirar os pedidos? Cada deputado vai fazer o pedido, ele vai anotar na comanda. E são pedidos que o garçom nunca entrega, leva para a cozinha e por lá ficam, são apenas para iludir. São mais pedidos, como os que já foram tirados em outras eras e que nós ouvimos aqui, que os benefícios nunca chegaram.

De modo que fico entristecido. Lamento esta situação. Cai por terra aquela ilusão que eu tinha de poder independente, pois, na prática, não vemos independência nenhuma. A gente sente que a Assembleia Legislativa da Bahia é, apenas, um puxadinho do Palácio de Ondina.

De modo que e dito isto, corroborando com o que disse os deputados Paulo Azi, Elmar Nascimento e Leur Lomanto, quero pedir uma verificação de quórum a V.Ex^a, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, será atendido logo após a questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

Com a palavra, para uma questão de ordem, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero concordar, aqui, com a verificação de quórum solicitada.

Mas, antes, quero só dizer que saio daqui, hoje, maravilhado desta sessão. O deputado Paulo Azi subiu a esta tribuna para dizer que Lula foi o presidente mais democrático que o Brasil já teve e disse, aqui, que, no governo do PT do presidente Lula, o ex-deputado federal Haroldo Cedraz e o ex-deputado federal José Jorge, ex-presidente do PFL lá em Pernambuco, foram, pelo presidente Lula, nomeados para o Tribunal de Contas da União. Ou seja, todos os dois citados foram nomeados sem qualquer interferência do governo.

Vejo, aqui, que, além disso, os deputados Elmar Nascimento, Carlos Geilson e Gaban só se esqueceram de dizer que foi o presidente Lula quem pediu a alguns

dirigentes do Partido dos Trabalhadores que ouvisse o telefonema de Eduardo Campos – que, hoje, está traindo o presidente Lula – para solicitar a indicação da mãe dele para o Tribunal de Contas da União.

A mãe de Eduardo Campos é do Tribunal de Contas da União. Isso foi feito através de telefonemas para os parlamentares do PT. E todos os deputados federais receberam telefonemas dele e dela. E o presidente Lula criou as condições para não interferir. E, hoje, ela, a mãe de Eduardo Campos, é conselheira do Tribunal de Contas da União.

Ou seja, pergunta-se: como é antidemocrático esse governo?

Saio feliz, também, deputado Carlos Geilson, quando V.Ex^a disse – e não discordo dessa segunda etapa – mas o senhor disse que este governo é tão tirano quanto o governo passado. Discordo desta tirania agora. V.Ex^a está dizendo que o governo de vocês era tirano. Está gravado aqui o que V.Ex^a falou. Ou seja...

O Sr. Carlos Geilson:- Eu falei no plural, ou seja, governos passados; mas eu não nomeei o governo.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Está certo. (Risos)

Então, eu saio desta sessão, extremamente, contente pela análise que o deputado Carlos Geilson fez acerca da tirania do governo anterior. E, deputado Carlos Geilson, quer voltar para ser tirano?

A população não aceita mais tirania. Observem o Hino da Bahia. O Hino da Bahia não comporta mais tiranos em nosso Estado. Então este governo tirano do passado, que V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, se referiu aqui, não tem mais espaço para o povo da Bahia. Não tem mais espaço.

E é verdade quando V.Ex^a, deputado Carlos Geilson, falou aqui...

Aliás, foi o deputado Leur Lomanto. Ora, meu Deus! O deputado Leur Lomanto falou da forma como está sendo escolhido o conselheiro do TCE. Vejam, a forma é a mesma com que foi escolhido todos os representantes para o Tribunal de Contas do Estado ou dos Municípios. Assim, todos foram votados por esta Casa. Se existe alguém responsável por indicar a ou b ou qualquer outro nome, é esta Casa quem vota aqui.

Então, é um direito do governador sugerir um nome. Regimentalmente, é assim para o Tribunal de Contas do Estado. E cabe à sua solidão ou cabe à discussão com seus pares a indicação de um nome que irá representar, aqui, o governo. E cabe, obviamente, a esta Casa fazer a análise sobre isto.

Então, é um direito do governador sugerir o nome, porque, regimentalmente, é assim para o Tribunal de Contas, e cabe à sua solidão ou à discussão com os seus pares a indicação do nome que vai representar aqui o governo. E cabe, obviamente, a esta Casa fazer uma análise sobre isso.

Aqui, desafio um deputado do governo que foi impedido de assinar ou solicitar a sua inscrição para concorrer ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Desafio um, aqui. Quem, inclusive, fez a solicitação para o deputado Zezéu aqui fui eu. Peguei aqui o número de deputados para fazer a inscrição.

Por isso, quero dizer ao deputado Leur Lomanto, que a forma como está sendo

feita é extremamente representativa e dentro do Regimento desta Casa. Quero dizer que topo fazer o debate sobre a subserviência da Casa Legislativa, que não é subserviente ao governo do PT, não. O governo do PT ainda negocia aqui, hoje. Subserviente era lá atrás, quando eles não mudavam nem as vírgulas de projeto que era encaminhado para esta Casa.

Nenhum deputado de oposição, nos governos anteriores, relatou qualquer projeto. Aqui, vários projetos foram relatados por deputados da Oposição. Nós estamos mudando, mesmo, melhorando a representatividade desta Casa, que ainda é pequena.

Por isso, meu querido deputado Zé Raimundo gostaria de, também, juntamente com o deputado Carlos Geilson, solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo):- Acatando as questões de ordem dos deputados Carlos Geilson e Rosemberg Pinto, e constatando que não há número suficiente para a continuidade da sessão, eu a declaro encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*